



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PI

Processo nº 08410.002587/2024-57

Interessado: SR/PF/PI

Assunto: ADEQUAÇÃO DOS DADOS APRESENTADOS NO ESTUDO PRELIMINAR

Referência: Contratação de Energia Elétrica

1. A presente nota técnica tem como objetivo adequar as informações apresentadas no Estudo Preliminar, referente à nova contratação da EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (CNPJ. 06.840.748/0001-89) , para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para suprir a demanda da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí de demais unidades consumidoras, nos moldes constantes no termo de referência.

DOS QUANTITATIVOS E PREÇOS

2. Para formação de novos valores para contratação foram levandos em consideração os seguintes pontos:

- Média dos gastos anuais dos anos anteriores: 2021, 2022 e 2023 (CONSUMO E VALORES);
- Variação do consumo ao longo dos anos por esta SR/PF/PI e sua descentralizada, conforme percentuais apresentados na tabela abaixo;
- Gastos de 2024, que foram realizados com base no consumo mensal e nas projeções para o resto do exercício;
- Reajuste nas tarifas de aplicação da Empresa Equatorial PI, para o período de 2023/2024, conforme Revisão Tarifária Periódica - RTP SEI 37140187 (Resolução Homologatória nº 3.292, de 28/11/2023);
- Projeção de preços para 2025 conforme índice projetado (IPCA).

3. Neste sentido, com base no novo levantamento realizado pela área técnica, os valores estimados para contratação foram adequados, conforme tabela abaixo:

Período	Consumo (KwH/ano)	Variação do consumo	Valor anual	Preço médio unit. do KWH	Variação média do preços unit. Kwh
2021	573,552.00		R\$ 497,667.07	R\$ 0.87	
2022	554,748.00	-3%	R\$ 462,333.59	R\$ 0.83	-3%
2023	557,532.00	1%	R\$ 545,728.01	R\$ 0.98	15%
2024	569,233.08	2%	R\$ 592,002.40	R\$ 1.04	6%
2025	563,766.27	-1%	R\$ 609,359.18	R\$ 1.08	3.93%

IPCA projetado 2025

4. Foi possível calcular os quantitativos/preços mensais e anuais da pretendida contratação, ficando assim, o mais próximo do cenário de consumo energético desta Unidade Gestora e sua descentralizada.

5. Embora os valores apresentados no Estudo Preliminar não estejam tão discrepantes, podemos ressaltar que o ajustamento nos valores evitará futuramente o pagamento por indenização à PESSOA JURÍDICA pela prestação de serviço sem cobertura contratual.

6. Logo, o valor mensal será de R\$ 50.779,93 (cinquenta mil setecentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos) e o valor anual será de R\$ 609.359,18 (seiscentos e nove mil trezentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), levando em considerações as variáveis para formação de preço.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7. Conforme art. 109 da Lei 14.133/21, a vigência contratual será por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

8. Portanto, a contratação para fornecimento de energia se encaixa no referido texto legal, pois o serviço de fornecimento de energia elétrica no Estado do Piauí é prestado com exclusividade pela empresa EQUATORIAL S/A, conforme documentos anexados a este processo.

FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE MOURA CASTRO (SIAPE: 1226998)

THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE (SIAPE: 3290482)

CAMILO MAGALHÃES DA TRINDADE (SIAPE: 2421203)



Documento assinado eletronicamente por **THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE**, **Fiscal de Contrato**, em 12/09/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE**, **Agente Administrativo(a)**, em 12/09/2024, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSE BARBOSA DE MOURA CASTRO**, **Agente de Polícia Federal**, em 12/09/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37140207&crc=C82EF750.
Código verificador: 37140207 e Código CRC: C82EF750.